



Mais integrado, conectado e seguro.

Zatix Tecnologia S.A.
CNPJ nº 03.585.974/0001-72

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.18 Operações de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e ajustando-as para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.19 Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: (a) Provisão para perdas esperadas das contas a receber - nota explicativa nº 5, (b) Provisão para perdas de estoques - nota explicativa nº 6, (c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio - nota explicativa nº 14, (d) Impostos diferidos - nota explicativa nº 10, (e) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais - nota explicativa 24. **2.20 Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:** Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. **2.21 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviços prestados pelo empregado e a obrigação é avaliada de maneira confiável. **2.22 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **2.23 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo refletido o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e em volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ambos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.24 Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2021:** A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2021, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas: **• Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são representados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **• Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não estarão impactadas significativamente na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: **• Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19/2021;** **• Alterações no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;** **• Alterações no CPC 23 - Definição de estimativas contábeis;** **• Alterações no CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis;** **• CPC 50 - Contratos de seguro.** Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Participação direta em controlada:		
BLCKD I Participações S/A (*)	100%	100%
PRMO II Participações S/A (*)	100%	100%

(*) Atividade principal - administração de bens imóveis. Veja maiores detalhes na nota explicativa 11.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa e bancos (a)	5.104	1.984	5.104	1.979
Títulos de capitalização (b)	65	192	65	192
Fundos de investimentos	1.965	2.525	1.965	2.525
Certificado de Depósito Bancário - CDB (c)	14.270	5.211	14.270	5.211
Total	21.404	9.912	21.404	9.907

(a) Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança. (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 99% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

5. Contas a Receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Contas a receber de clientes	23.480	19.778
Contas a receber de partes relacionadas	2.360	2.156
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(5.727)	(2.611)
Total	20.113	19.323

Ativo não circulante 19.203 18.416
Ativo não circulante 910 907
O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:
A vencer:
Vencidos:
Até 30 dias 2.628 2.691
Entre 31 e 90 dias 1.776 1.032
Entre 91 e 180 dias 1.472 1.090
Entre 181 a 360 dias 1.591 1.373
Acima de 360 dias 2.999 394
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes (5.727) (2.611)
Total 20.113 19.323

As contas a receber de clientes são representadas pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificadas como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são constituídas com base no modelo apresentado no CPC 48, com base nos percentuais históricos de perda e comportamento da inadimplência da carteira de clientes. Para títulos vencidos após de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, para as demais faixas de títulos vencidos, a Companhia realiza o provisionamento com base no percentual histórico de perdas dos últimos meses. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(995)	(3.345)
Adições		1.729
Perdas efetivadas		(2.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.611)	(3.116)
Adições		(5.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.727)	

6. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Matéria-prima	4.128	3.833
Produtos em elaboração	1.096	2.511
Produtos acabados	4.539	2.965
Mercado Financeiro para revenda	4.027	2.061
Equipamentos e peças em poder de terceiros	8.663	6.775
Materiais de consumo e importações em andamento	576	1.433
Total	23.029	21.578
Provisão para perdas nos estoques (*)	(5.596)	(3.126)
Total	17.433	18.452

(*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento. A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (2.786)
Constituição de provisão (2.551)
Baixa de itens do estoque 2.211
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (3.126)
Constituição de provisão (2.539)
Reversões de provisão 669
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (5.596)

7. Impostos a Recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	5.136	2.307
Mercado Financeiro Lei da Informática 13.969/2019 (**)	777	-
Imposto sobre Serviços - ISS	404	312
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras	305	114
INSS a recuperar	142	114
PIS e COFINS a recuperar	37	41
Outros impostos a recuperar	136	435
Total	6.937	3.323

(*) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados no curto prazo, com débitos decorrentes de vendas no mercado interno. (**) A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos fiscais implementado pela Lei nº 8.248, 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como "Lei da Informática". Esta nova legislação para setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs (nota explicativa nº 23.b).

8. Indenizações a Receber

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. ("Rodosis") em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. ("Control Loc") em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. ("Teletrim") em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. ("ControlSat") em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente. Em 19 de junho de 2019, com a alteração societária, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas. Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	Controladora e Consolidado		Controladora		Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Processos materializados e pagos	322	-	322	-	322
Riscos ainda não pagos, mas provisionados no passivo (*)	8.538	2.963	11.501	10.607	10.607
Total	8.860	2.963	11.823	10.929	10.929

A receber de ex-sócios 322 - 322
A receber do acionista da Companhia 8.538 2.963 11.501 10.607
Total das indenizações a receber 8.860 2.963 11.823 10.929
(*) Do montante de R\$ 2.963, R\$1.326 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições cobrados (nota explicativa nº 20), enquanto R\$1.637 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 24). A movimentação das indenizações a receber é a seguinte:
Saldo em 31 de dezembro de 2019 11.490
Reversões de processos a receber do acionista da Companhia (29)
Atualização monetária a receber do acionista 225
Reccebimentos (757)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 10.929
Processos a receber do acionista da Companhia 355
Atualização monetária a receber do acionista 539
Saldo em 31 de dezembro de 2021 11.823

Em 31 de dezembro de 2021, o montante das indenizações a receber dos ex-sócios é de R\$322 (R\$322 em 2020). A liquidação dessas contas a receber está condicionada à consumação das perdas financeiras por conta dessas obrigações legais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante das indenizações a receber do acionista da Companhia é de R\$11.501 (R\$10.607 em 2020). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação no futuro com distribuição divididos. Do saldo em 31 de dezembro de 2021, R\$8.538 (R\$6.793 em 2020) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$2.963 (R\$3.814 em 2020) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, consequentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo.

9. Ativo não Circulante Mantido para Venda

O saldo refere-se a dois terrenos recebidos via aumento de capital nas controladas, localizados no município de Candiaes - BA, que serão utilizados para liquidação a obrigação registrada na conta de passivo relacionado ao ativo mantido para venda, no montante de R\$ 25.000 - nota explicativa nº 22.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Adições temporariamente indedutíveis:		
Provisão para riscos	2.278	4.787
Provisão para perdas de estoques	1.903	1.063
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.947	887
Provisões para serviços prestados	72	22
Outras provisões	705	318
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	58.801	58.662
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (3.517) (5.158)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos 62.189 60.581		
Impo de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado (44.447) (44.447)		
Total	17.742	16.134
Ativo não circulante	18.341	16.134
Passivo não circulante	(599)	-

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 259.316 (R\$ 258.908 em 31 de dezembro de 2020), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição. A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos no montante de R\$1.608, possibilitando a compensação futura dos créditos tributários nos próximos cinco anos. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Zatix estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	2021	2022	2023	2024	2025
2021	2.187	-	-	-	-
2022	2.714	-	-	-	-
2023	3.024	-	-	-	-
2024	5.905	-	-	-	-
2025	-	3.343	-	-	-
Total	17.742	-	-	-	-

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. **b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.674	7.331	7.674	8.069
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.609)	(2.493)	(2.609)	(2.743)
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(3.517)	(5.158)	(3.517)	(5.646)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	7.815	5.244	7.815	5.244
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019	(1.635)	-	(1.635)	-
Gastos com pesquisa e desenvolvimento - Lei do Bem	(394)	-	(394)	-
Compensação de prejuízo fiscal	595	995	595	995
Imposto de renda e contribuição social:	255	(1.422)	255	(2.160)
Correntes	(1.353)	(2.772)	(1.353)	(3.510)
Diferidos	1.608	1.350	1.608	1.350
Taxa efetiva	-3%	19%	-3%	27%

11. Investimentos

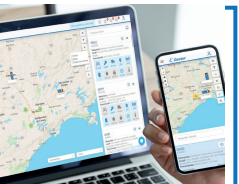
(i) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia. (ii) Em 3 de outubro de 2019, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 14.410 na controlada BLCKD I Participações S/A através de transferência de um terreno. (iii) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia. (iv) Em 29 de setembro de 2020, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada PRMO II Participações S/A, para Companhia e na mesma data, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 8.400 na controlada, através de transferência de um terreno. A composição dos investimentos é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Investimentos	23.778	23.778

	Instituição financeira	Referência	Cronograma de amortização				Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2022	2023	2024	2025		
Banco do Brasil	A	6.512	6.512	-	-	CDI+ 4.4% a.a.	30% de recebíveis de clientes	
Itaú Unibanco	A	4.931	1.723	1.871	1.337	CDI+ 6% a.a.	Aval do acionista	
Banco Bradesco	A	4.414	1.043	1.146	1.284	0,94% a.m.	Aval do acionista	
Money Plus	A	3.259	1.785	1.474	-	1,013% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista	
Banco Industrial	A	1.962	503	500	500	1,30% a.m.	40% de aplicação financeira e aval do acionista	
FIDC Banco Urbano	A	2.569	1.569	-	-	1% a 1,1% a.m.	100% de recebíveis de clientes ("contratos de clientes")	
Banco Bradesco	B	2.866	2.866	-				



Mais integrado, conectado e seguro.



Zatix Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.585.974/0001-72

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	4.751	1.979	4.751	1.979
	Valor justo por meio do resultado	16.653	7.928	16.653	7.928
Contas a receber	Custo amortizado	20.113	19.323	20.113	19.323
Indenizações a receber	Custo amortizado	11.823	10.929	11.823	10.929
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.534	-	4.534	-
Ativo não circulante mantido para venda	Valor justo por meio do resultado	25.000	25.000	25.000	25.000
	Valor justo por meio do resultado	1.298	5.881	1.298	5.881
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.315	3.630	2.315	3.630
Total dos ativos financeiros		86.487	74.670	86.487	74.670

Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Fornecedores	Custo amortizado	21.929	24.837	21.929	24.837
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	25.831	63.180	25.831	63.180
Debêntures a pagar	Custo amortizado	58.333	-	58.333	-
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	1.762	2.410	1.762	2.410
Total dos passivos financeiros		107.855	90.427	107.855	90.427

Análise de sensibilidade: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e debêntures. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável para o ano 2022, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,63% para o ano 2022, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	cenário I -	cenário II -	cenário III -
		provável	25%	50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento do CDI	11,63%	14,54%	17,45%
Valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar		84.164	84.164	84.164
Despesa financeira estimada		9.788	12.237	14.687

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de	Entre um	Entre dois	Total
	um ano	e dois anos	e cinco anos	
Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	27.254	21.927	67.738	116.919

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar. **(a) Risco de crédito:** a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. **(b) Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **(c) Gestão de capital:** o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha "rating" de crédito e relação

de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2021	31/12/2020
Consolidado		
Empréstimos e financiamentos	25.831	63.180
Debêntures a pagar	58.333	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.404)	(9.907)
Dívida líquida (A)	62.760	53.273
Patrimônio líquido (B)	103.669	95.740
(=) Índice de endividamento (A/B)	65,2%	55,6%

(a) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$2.866.

32. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores	50.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos e equipamentos eletrônicos, roubos e alagamentos e inundação)	13.800
Lucros cessantes	6.900
Riscos financeiros na modalidade judicial para execução fiscal	5.950

33. Itens que não Afetam o Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ajuste a valor justo	-	5.970	-	8.160
Aumento de capital em controlada com imóveis	-	2.430	-	2.430
Aquisição de imobilizado - não pagos	-	2.732	-	2.732
Redução de capital com saldo de mútuo com parte relacionada	-	(30.540)	-	(30.540)
	-	(19.408)	-	(17.218)

34. Eventos Subsequentes

Foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de fevereiro de 2022, a alteração da razão social da companhia para Omnalink Tecnologia S.A.

DIRETORIA

Eduardo Leite Cruz Lacet
Presidente

Cristiane Akiko Momi
Vice Presidente

Alexandre Ferreira da Silva
Diretor Financeiro - CRC 1SP 181.366/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da **Zatix Tecnologia S.A.**

Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Zatix Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio com vida útil indefinida

Veja a nota 14 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial um saldo relevante de ágio referente a aquisição da Control Loc, Rodosim, ControlSat e a CISR. Conforme o CPC 01, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio). O teste de redução ao valor recuperável está sujeito a incertezas relacionadas às premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, principalmente, a determinação da taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto.

Devido às incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e da controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora - CRC-1SP-251062/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 29/03/2022 18:54

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/ZATIX1561304729032022.pdf>
Hash:1648504442de91bf2699884595a5f42db274c4bea9